

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

SOLUÇÃO PACÍFICA OU LEVANTAMENTO NACIONAL?

A nossa grande tarefa na actual etapa de luta do povo português é a conquista da liberdade política. Mas como conquistar a liberdade política? Insistimos na necessidade da unidade de todos os democratas e anti-salazaristas, na necessidade de lutar por interesses imediatos e por reivindicações parciais, no aproveitamento de todas as possibilidades de luta legal e sua associação com a actividade clandestina. Insistimos na ampliação e intensificação da luta popular contra a guerra em Angola, contra a repressão e o terror, pela amnistia, pelo melhoramento da situação económica das classes trabalhadoras, pela realização de eleições com o mínimo de seriedade. Insistimos em que o desenvolvimento das lutas populares por estes e outros objectivos é necessário para conduzir a ditadura fascista à derrota. Mas como a derrotaremos afinal?

Que acção será capaz de derrotar o governo de Salazar e de levar ao poder um governo que instaure a liberdade política?

O Comité Central do Partido, na sua reunião de Março, respondeu a esta questão de forma diversa daquela como o vinha fazendo desde 1956.

Durante alguns anos, a partir de 1956, o Partido, pondo de lado a consigna do levantamento nacional, colocou a solução pacífica do problema político português como a via mais provável e mais viável para o derrubamento da ditadura, como objectivo de luta do Partido. Menosprezando a natureza e a força do Estado fascista, cuidando que a evolução favorável das condições objectivas era por si bastante para provocar a queda da ditadura, menosprezando a importância decisiva da organização e da capacidade de mobilização das forças democráticas, acreditou-se numa solução pacífica a curto prazo, resultante da «desagregação contínua» e «irreversível» do salazarismo.

Tais concepções conduziram à crença num certo automatismo na queda do fascismo, alimentaram no Partido posições de expectativa e ilusões legalistas e golpistas e distraíram as atenções do Partido e da sua Direcção das tarefas fundamentais. Influenciaram num sentido negativo toda a actividade do Partido, traduzindo-se em especial na subestimação da organização, no menor interesse pela unidade democrática, no isolamento do Partido das mais importantes forças liberais, em conceitos oportunistas acerca da luta de classes que desviavam os operários das lutas nas empresas, enfraqueceram a acção das comissões de Unidade e estimularam processos legalistas e de-

mocráticos no movimento sindical. Toda essa orientação, tendendo a conferir a direcção do movimento nacional democrático à burguesia liberal e aos conservadores que se destacam do fascismo e colocar o Partido e a classe operária a reboque das suas iniciativas, representou uma subestimação e abdicação, objectivamente consideradas, do papel da classe operária e do seu Partido.

Este desvio direita e oportunista, que a Comissão Política do C.C. já referira em vários documentos e que o Comité Central considerou pormenorizadamente na sua reunião de Março, prejudicou gravemente o desenvolvimento do movimento popular contra a ditadura fascista e a acção e desenvolvimento do Partido. Contribuiu, não para fortalecer, mas para quebrar, o espírito revolucionário e a combatividade das massas populares, dos democratas e dos próprios militantes comunistas. Em anos como os de 1956-59, em que as condições objectivas evoluíram tão favoravelmente para a nossa causa, assistimos a uma diminuição da influência dirigente do Partido no movimento democrático, a um afrouxamento da ligação com a classe operária e as massas a uma estagnação orgânica, a uma diminuição da nossa capacidade mobilizadora e da combatividade dos quadros, a uma carência de quadros, a insucessos políticos e da mobilização popular. Em larga medida, essa situação foi consequência da orientação direita do Partido e das concepções e métodos de trabalho que a acompanharam.

Na sua reunião de Março, o Comité Central analisou detidamente o desvio de direita verificado nos anos 1956-59 e tomou resoluções e publicou documentos que representam uma profunda rectificação autocritica e uma viragem táctica do Partido. O aspecto mais saliente dessa rectificação e viragem é a substituição da concepção da solução pacífica do problema político português, resultante da «desagregação irreversível» do regime, pela colocação do levantamento nacional como via para o derrubamento da ditadura fascista. Esta rectificação e viragem resultam da consideração da natureza do Estado fascista, das lições da realidade portuguesa, da firme decisão do governo de Salazar de fechar os caminhos da solução pacífica do problema político nacional e de abafar com terror as reclamações da opinião democrática.

Se uma solução pacífica não é possível, a culpa não é nossa. Todas as possibilidades constitucionais e legais de defender os interesses do povo e da

nação e de modificar o regime têm sido por nós utilizadas e, quase podemos dizer, esgotadas. Apesar de todas as limitações e restrições da Constituição e leis fascistas, o Partido, ao longo dos anos, tem aconselhado o povo português a acorrer às «eleições» para a Presidência da República e Assembleia Nacional.

É o governo fascista que tem escarnecido dessas possibilidades legais, violando grosseiramente as leis que ele próprio fez, e impedindo com brutalidade e terror a modificação pacífica constitucional e legal das instituições. Em todas as «eleições», os fascistas negam-se cinicamente a cumprir a Constituição e as leis, perseguem e condenam os democratas por defenderem a legalidade e reprimem, falseiam, falsificam todos esses actos «eleitorais». Na concepção e na acção prática dos salazaristas não há leis que possam aproveitar à Oposição, à Oposição não são reconhecidos quaisquer direitos. Na concepção, e na acção prática dos salazaristas, a ditadura fascista é imutável e inatingível e todos os meios são legítimos para defendê-la: a mentira, a ilegalidade, o arbítrio, a violência, a crueldade, o crime. Se Salazar, & C.^a não vedassem com as armas e o terror o caminho da legalidade, se se limitasse a respeitar as suas próprias leis, já de há muito teriam sido varridos do poder, de há muito o povo português teria encontrado a solução pacífica do problema político. É a política terrorista de Salazar & C.^a que cortou e corta o caminho da solução pacífica, é ela que impõe ao povo português a necessidade de se levantar em massa contra a ditadura e derrubá-la pela força.

Todo o Partido, a classe operária e o povo em geral apoiarão esta viragem táctica do Partido. De há muito era geral o sentimento de que é ingenuidade pretender desarmar e vencer um bandido armado até aos dentes e de armas aperradas, empurrando-o com

as mãos. E na verdade, num Estado fortemente centralizado e militarista como é a ditadura fascista, num Estado onde não existem liberdades nem eleições dignas desse nome, desistir do levantamento nacional e dizer que a via-pacífica é a mais provável e viável corresponde a considerar o inimigo desarmado e supõe que desarmados poderemos vencer.

Salazar de há muito demonstrou que não largará o poder se o não forçarem a isso e que resistirá com as armas, mesmo que a oposição se sirva apenas de meios constitucionais e legais para alcançar o poder. Nas «eleições» presidenciais de 1949 e 1958 isso foi evidente para os olhos mais cegos.

Desejariamos uma solução pacífica do problema político português e, se alguma vez tal possibilidade se oferecer ou se criar, empregaremos todos os esforços para aproveitá-la. Mas não nos iludimos nem queremos iludir os outros. Baseamos a nossa política e a nossa táctica em factos reais e não nos nossos desejos. Nos anos 1956-1959, tomando-se os desejos como realidades, o Partido afirmou que a via para o derrubamento do fascismo era a solução pacífica embora uma insurreição popular não pudesse ser excluída. Hoje afirmamos o inverso: que a via é o levantamento nacional, embora, em circunstâncias imprevisíveis, não seja de excluir uma solução pacífica. Nas condições presentes da ditadura fascista, a perspectiva que se oferece ao povo português, para que o povo, as forças democráticas e o Partido se devem preparar, para que se deve ganhar toda a opinião democrática e as amplas massas populares, para que se devem encaminhar os movimentos e lutas parciais, é o levantamento nacional popular, em que se pode ser decisiva uma greve geral política e em que o será de certeza a participação e neutralização de importantes partes das forças armadas.

PELO ROBUSTECIMENTO DAS VIRTUDES COMUNISTAS EM TODO O PARTIDO

O relaxamento da disciplina, do controle, da vigilância e do trabalho educativo que acompanharam o desvio de direita e a tendência anarco-liberal facilitaram uma deterioração da combatividade e da conduta dos militantes, que o Comité Central tem vindo a combater desde princípios de 1960. A par dum paciente trabalho educativo geral foram, em casos mais graves, tomadas medidas disciplinares e aplicadas sanções. O Comité Central enveredou com decisão pelo caminho de exigir uma conduta tanto mais conforme com os princípios comunistas quanto mais responsabilidades no Partido têm os militantes.

O relatório do Secretariado «Ensinamentos duma série de traições» aprovado pelo Comité Central na sua reunião de Março e de que foi publicado um resumo no «Militante» N.º 110 sujeita a uma crítica implacável as tendências morais negativas e constitui um documento-base para o robustecimento das virtudes comunistas em todo o Partido. Esse relatório fustiga variadas tendências morais negativas que se infiltraram nas nossas fileiras, designadamente a

falta de verdade e de lealdade para com o Partido, o «aburguesamento» e o «profissionalismo», o servilismo e a adulação, a presunção e a suficiência, a falta de lisura na amizade e nas relações familiares, etc. Apesar porém do combate que lhes está sendo dado, essas tendências não estão liquidadas e aparecem em diversas manifestações.

Se, por exemplo, um camarada funcionário do Partido que, para obter determinado artigo, pagava normalmente quinze escudos a quem lho ia comprar, conclui a certa altura que esse trabalho pode ser feito por um familiar que com ele vive, passa a pagar a este os quinze escudos e apresenta-os como despesa do Partido no seu balancete — que é isto senão uma manifestação de concepções e sentimentos de «profissionalismo»? Se um outro camarada, perguntado pelo Secretariado acerca de uma falta por ele cometida no passado, não confessa tal falta porque supõe que o Secretariado a ignora ou não possui provas dela, — que é isto senão uma manifestação de falta de verdade e franqueza para com o Partido? O Comité Central e, por sua incumbência, o Secre-

tariado como Comissão Central de quadros estão decididos a dar combate a estas e outras tendências morais e negativas.

Trata-se de uma verdadeira batalha a travar no terreno da educação e no terreno da vigilância e da disciplina. As consequências negativas na formação e desenvolvimento dos quadros de vários anos de deseducação moral, foram demasiado profundas para que um debate seja suficiente para eliminá-las. Neste, como em todos os outros aspectos de actividade partidária, devemos olhar a realidade de frente, decididos a pôr termo com energia às tendências de corrupção do espírito revolucionário e da moral comunista nas fileiras do Partido. A deterioração não atingiu apenas alguns farrapos que traíram o Partido nos anos de 1958-59. Atingiu, de formas variadas e em graus diversos, outros membros do Partido, incluindo alguns a quem foram confiados cargos de responsabilidade. O Partido tem forças morais bastantes para levar a cabo o saneamento das suas fileiras. A batalha pelo restabelecimento das virtudes comunistas no Partido prosseguirá sem desfalecimentos, ajudando pacientemente os quadros na sua educação ou reeducação política e moral e deixando pela borda fora aqueles que (quaisquer que sejam as suas responsabilidades) se revelam indignos do título de comunistas.

O comportamento heróico ante a polícia de todos os funcionários do Partido presos em 1960 e nos

primeiros meses de 1961 mostra só por si a influência do novo trabalho educativo e um novo ascenso da combatividade e abnegação nas nossas fileiras. Devemos trabalhar para consolidar esse sucesso, para levar esse novo espírito a todo o Partido, para que em todos os militantes se forge a determinação de serem inabalavelmente firmes e dedicados, para que os ganhe o ideal da coragem, da honra e honestidade comunista, do espírito de sacrifício e do heroísmo.

O combate às tendências morais negativas e pelo robustecimento das virtudes comunistas em todo o Partido não só deve prosseguir, como deve intensificar-se. O comportamento ante o inimigo é um dos mais importantes aspectos da moral comunista mas não o único. A honestidade na vida pessoal, o desinteresse e a isenção, a lealdade, verdade e franqueza, são aspectos duma conduta conforme com a moral comunista, que se deve exigir a todos os militantes, começando por aqueles que desempenham tarefas de direcção.

O robustecimento das virtudes comunistas nas fileiras do Partido é condição indispensável para o desenvolvimento do Partido, para o desempenho do seu papel da vanguarda da classe operária, para o aumento do seu prestígio e influência de massas. A batalha contra as tendências morais negativas e pelo robustecimento das virtudes comunistas está sendo travada com sucesso e será levada ao seu termo vitorioso.

AS GRANDES TAREFAS DE ORGANIZAÇÃO e o significado dos progressos dos últimos meses

No mês de Março, reuniu-se a Comissão de Organização, que deu um balanço geral à organização do Partido. Pela primeira vez depois de muitos anos, se revela um apreciável esforço dos militantes no domínio da organização. De Julho de 1960 a Março de 1961 o progresso traduzido em números relativos, parece animador. No espaço de 8 meses, o número de membros do Partido aumentou quase 30%, e o número total de membros do Partido alcançado em Março é o mais elevado registado nos últimos 12 anos. O número de simpatizantes aumentou também e o de organismos acusou nesses 8 meses, um aumento de cerca de 60%, mostrando progressos da estruturação. Acompanhando o progresso orgânico, a tiragem do «Avante» aumentou 23%.

Se insistíssemos na atitude (que durante anos fez escola) de nos vangloriar-mos e auto-satisfazermos com os mais ligeiros sucessos, ficaríamos satisfeitos com estes números. Não temos porém razão para isso. Os resultados obtidos são modestos e as debilidades ainda existentes na organização são grandes e graves.

Para que o Partido seja de facto um grande Partido nacional com influência determinante na política portuguesa não basta que acrescentem os seus efectivos 30, 40 ou 50 por cento. É necessário que dupliquemos ou triplicuemos os efectivos num curto espaço de tempo; é necessário que estrutuemos o Partido de alto a baixo, que demos vida política às orga-

nizações, que habituemos todos os organismos a um trabalho colectivo regular, que eduquemos e promovamos novos quadros, dedicados, firmes e confiantes.

Depois da rectificação do desvio de direita, está hoje claro para os militantes que a ditadura fascista não cairá como resultado da sua desagregação e que têm de ser as forças democráticas e o Partido na sua vanguarda a conduzir o povo português ao levantamento nacional vitorioso.

É tendo em mira esta tarefa que devemos ajuizar da situação da organização do Partido. Se queremos que o Partido cumpra a sua missão e tenha um papel determinante no derrubamento da ditadura, não é fechando os olhos às nossas debilidades que o conseguiremos, mas desvendando-as, combatendo-as e rectificando-as. O que mais precisamos não é de nos afirmarmos grandes, mas de o sermos de facto.

Sob o ponto de vista orgânico estamos ainda longe de dispôr das forças necessárias para conduzir vitoriosamente a luta contra a ditadura fascista que podemos afirmar que os progressos verificados nos oito meses considerados são completamente insatisfatórios.

Por influência das concepções da «desagregação irreversível» foi regra durante alguns anos exagerarmos os sucessos, ocultarmos os reveses, atribuir-se ao Partido o êxito de movimentos espontâneos, tomarmos os desejos por realidades. Quis-se «tudo



em grande», e, por vezes, querendo o grande, perdemos o pequeno. A ideia duma «grandeza» artificial do Partido, uma «grandeza», não para possibilitar o Partido a cumprir as suas tarefas históricas, mas «para os outros verem», prejudicou gravemente múltiplos aspectos da orientação e actividade do Partido. Na unidade que afirmámos «mais larga» e fizemos mais estreita, numa luta por salários que achámos acanhada dentro das empresas e lançámos no papel à escala nacional contra o congelamento de salários impostos pelo governo, num «mínimo vital» em que ninguém nos acreditou nem seguiu, numa «Voz das camaradas» que quisemos transformar num jornal das mulheres portuguesas e que afinal apenas liquidámos, podemos encontrar exemplos, entre muitos outros dessa preocupação do estardalhaço político acompanhada pela pouca diligência no trabalho paciente de organização, pelo menosprezo da execução daquelas muitas tarefas mais apagadas de que não resulta imediatamente um êxito espalhafatoso, mas que decidem no fim de contas das grandes acções e da verdadeira força e grandeza.

De coisa diferente necessita o nosso Partido. Necessita que sejam coisas verdadeiras e realistas na análise das nossas forças, necessita que encaremos de frente os factos e nos factos assentemos a nossa política e a nossa tática, necessita, nas palavras de Lênine, de «*menos frases pomposas e mais trabalho simples, quotidiano*», de «*menos estrépito político e maior atenção aos factos mais simples, mas vivos*» («Uma grande iniciativa»).

O desenvolvimento e reforço da organização e a defesa do Partido são duas tarefas decisivas no momento presente. O Comité Central e a Comissão Política tomaram a esse respeito importantes decisões. Não bastam porém essas decisões. É necessário que todo o Partido seja ganho para aquilo que nelas se diz, que o cumprimento dessas decisões seja sentido por todas as organizações e militantes como um dever imediato, que todas as organizações e militantes quebrem a rotina e sejam ganhos para a ideia da necessidade dum esforço decidido e audacioso, duma concentração de esforços e tensão de energias para (acentuando os progressos verificados nos últimos meses) ampliar, consolidar, estruturar e defender o Partido, para tornar o Partido, no domínio da organização, e da capacidade mobilizadora, um grande Partido nacional.

Precisamos, de levar o Partido às regiões, localidades, centros industriais, agrícolas, de pesca e locais de trabalho onde não existe organização (tendo ou não já existido), tarefa cuja realização deve acompanhar cada movimento de massas e à qual cada organização do Partido e cada militante pode e deve dar a sua contribuição efectiva.

Precisamos de recrutar largamente novos membros do Partido, milhares de novos membros do Par-

tido, entre aqueles muitos operários, camponeses, pescadores, empregados, técnicos, intelectuais, militares, que estão de coração connosco, muitos deles há longos anos «contados como simpatizantes», muitos outros que nos procuram e esperam.

Precisamos de basear a actividade de massas do Partido na formação de organismos de unidade para dirigirem as lutas populares, organismos que não só são condição para a amplitude do movimento de massas como oferecem vasto campo de recrutamento ao Partido.

Precisamos de estruturar o Partido de alto a baixo, substituindo o tipo de trabalho e controle individual pela actividade regular e colectiva de organismos regionais, locais e de empresa e outros organismos de base, dos quais depende, em larga, a capacidade directiva e mobilizadora do Partido.

Precisamos de conhecer melhor os nossos quadros em todos os escalões, de os saber encontrar e seleccionar, de os ajudar com carinho e compreensão, de os promover com audácia.

Precisamos de reforçar numérica e politicamente o corpo de funcionários do Partido e educá-los num novo estilo de trabalho, dentro da ideia de que lhes não cabe substituir com um trabalho individual, antes lhes cabe promover e realizar, a estrutura e funcionamento duma ampla organização à escala nacional.

Precisamos de radicar a actividade partidária nos locais de trabalho, nos quartéis, nos barcos, nas escolas, nas organizações de massas sejam progressivas ou reaccionárias, designadamente nos Sindicatos Nacionais, nas Casas do Povo, nas associações culturais, recreativas e desportivas.

Precisamos, em resumo, de transformar a influência política e a simpatia de que goza o Partido numa poderosa organização nacional.

As tarefas de organização do Partido exigem um esforço gigantesco de todo o Partido e os progressos verificados de Julho de 1960 a Março de 1961, embora só como um primeiro passo possam ser considerados, mostram que é possível sair da estagnação e caminhar rapidamente para o engrandecimento orgânico do Partido, desde que as organizações e cada militante se convençam de que essa é uma tarefa de decisiva importância da qual depende o desenvolvimento e o resultado da nossa luta contra a ditadura fascista.

Que em todo o Partido se discutam as tarefas de organização e que todas as organizações e militantes se lancem decididamente ao trabalho para alargar e estruturar a organização.

Trabalhem todos para que se acentue o ritmo de progresso orgânico verificado nos últimos meses e para que, quando se der novo balanço geral à organização do Partido, tenhamos razões para ficar satisfeitos.

Resolução do Comité Central

Não estando esclarecidos aspectos da conduta de Júlio Fogaça que, embora não digam respeito ao seu comportamento ante o inimigo, revestem gravidade, o Comité Central resolve suspender Júlio Fogaça do Partido até apuramento de factos e resolução posterior.